

Opportunity Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Demonstrações contábeis acompanhadas do
relatório do auditor independente em 30 de junho de 2026

Ref.: Relatório nº 268KR-062-PB



Índice

	Página
Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	4
Demonstrações contábeis	7
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis para os semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025	12

**OPPORTUNITY DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS
E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
CNPJ: 01.582.158/0001-80**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

EM 30 DE JUNHO DE 2026

Senhores Administradores e Quotistas,

Dando cumprimento as disposições legais e estatutárias, vimos apresentar e submeter à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis referente ao período findo em 30 de junho de 2026 e o Relatório dos Auditores Independentes, ficando esta diretoria à disposição dos Senhores para quaisquer esclarecimentos julgados necessários.

Rio de Janeiro, 27 de agosto de 2026.

Opportunity Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Praia do Flamengo, 154 | 4º andar |
Flamengo Rio de Janeiro | RJ | Brasil
T +55 21 3512.4100
grantthornton.com.br

Aos Administradores e Acionistas da
Opportunity Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Opportunity Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (“Distribuidora”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Opportunity Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Distribuidora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis às auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Distribuidora é responsável pelas informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Distribuidora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Distribuidora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Distribuidora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base na referida demonstração financeira.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

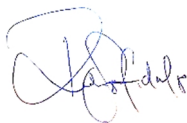
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Distribuidora;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Distribuidora. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Distribuidora a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis apresentam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo da apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de agosto de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-025.583/F-2



Rodrigo Souza Fidalgo
Contador CRC 1RJ-115.816/O-5

OPPORTUNITY DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Balancos patrimoniais
Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	30/06/2026	31/12/2025	Passivo	Notas	30/06/2026	31/12/2025
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	13.750	11.662	Sociais e estatutárias	7	949	949
Rendas a receber	5.a	1.362	1.154	Fiscais e previdenciárias		913	178
Tributos a recuperar	5.c	975	440	Folha de pagamento		319	199
Adiantamentos		61	-	Outras obrigações administrativas	8	302	267
Total do circulante		16.148	13.256	Total do circulante		2.483	1.593
Não Circulante				Não Circulante			
Realizável a longo prazo				Provisões para contingências fiscais	9	1.395	1.372
Depósitos judiciais	5.b	1.405	1.382	Total do não circulante		1.395	1.372
Permanente				Patrimônio líquido			
Imobilizado em uso	6	3.247	3.197				
(-) Depreciação acumulada		(1.277)	(1.186)	Capital Social	10	7.004	7.004
		1.970	2.011	Reserva de lucros	10	6.680	6.680
				Lucros acumulados		1.961	-
Total do não circulante		3.375	3.393	Total do patrimônio líquido		15.645	13.684
Total do Ativo		19.523	16.649	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		19.523	16.649

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

OPPORTUNITY DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Demonstrações do resultado
Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido (prejuízo) por quota)

	<u>Notas</u>	<u>30/06/2026</u>	<u>30/06/2025</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Receitas de prestação de serviços	11	7.608	5.988
Despesas de pessoal	12	(1.693)	(1.627)
Honorários de diretoria	18	(106)	(106)
Despesas gerais e administrativas	13	(2.186)	(2.111)
Despesas de serviço técnico especializado	14	(202)	(770)
Despesas tributárias	15	(747)	(5.957)
Outras receitas/(despesas) operacionais		261	236
Reversão de provisão líquidas	17	949	1.211
Resultado operacional		<u>3.884</u>	<u>(3.136)</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	16	<u>842</u>	<u>858</u>
		<u>842</u>	<u>858</u>
Resultado operacional antes da tributação sobre o lucro e participações		<u>4.726</u>	<u>(2.278)</u>
Imposto de renda - corrente	19	(447)	-
Contribuição social sobre o lucro - corrente	19	(281)	-
Participações estatutárias no lucro		<u>(2.037)</u>	<u>(2.239)</u>
Lucro (prejuízo) líquido do semestre		<u><u>1.961</u></u>	<u><u>(4.517)</u></u>
Quantidade de quotas		<u><u>7.004</u></u>	<u><u>7.004</u></u>
Lucro (Prejuízo) líquido por quota		<u><u>0,28</u></u>	<u><u>(0,64)</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

OPPORTUNITY DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	30/06/2026	30/06/2025
Lucro líquido/(prejuízo) do semestre	1.961	(4.517)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do período	<u>1.961</u>	<u>(4.517)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

OPPORTUNITY DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025**

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros	Lucros/prejuízos acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2025	7.004	9.166	-	16.170
Prejuízo do semestre	-	-	(4.517)	(4.517)
Absorção do resultado	-	(4.517)	4.517	-
Saldo em 30 de junho de 2025	7.004	4.649	-	11.653
Mutações do semestre de 2025	-	(4.517)	-	(4.517)
Saldo em 1º de janeiro de 2026	7.004	6.680	-	13.684
Lucro líquido do semestre	-	-	1.961	1.961
Saldo em 30 de junho de 2026	7.004	6.680	1.961	15.645
Mutações do semestre de 2026	-	-	-	1.961

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

OPPORTUNITY DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Demonstrações dos fluxos de caixa (método indireto)
Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2026</u>	<u>30/06/2025</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do semestre	1.961	(4.517)
Ajustes ao resultado:		
Atualização monetária	(32)	(26)
Depreciação	91	81
Participação nos lucros	2.037	2.239
Reversão de provisões de participação nos lucros	(950)	(1.211)
Resultado do semestre ajustado	<u>3.107</u>	<u>(3.434)</u>
Aumento (redução) de ativos e passivos operacionais		
Outros créditos	(794)	1.346
Outras obrigações	912	(250)
Obrigações sociais e estatutárias	(1.087)	(1.119)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais	<u>2.138</u>	<u>(3.457)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição Imobilizado	(50)	(7)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	<u>(50)</u>	<u>(7)</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>2.088</u></u>	<u><u>(3.464)</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	11.662	13.545
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	<u>13.750</u>	<u>10.081</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>2.088</u></u>	<u><u>(3.464)</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

OPPORTUNITY DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

**Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
e exercício findo em 31 de dezembro de 2025**

(Em milhares de reais)

1 - Contexto operacional

A Opportunity Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (“Distribuidora”) com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Visconde de Pirajá, nº 351, 14º andar (parte), Ipanema, CEP: 22.410-906, tem como objeto social a compra e venda de títulos e valores mobiliários, por conta própria e de terceiros, a intermediação de oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários e outras atividades autorizadas, pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

2 - Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de apresentação

As demonstrações contábeis da Distribuidora foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“Bacen”), de acordo com a nomenclatura e classificação padronizadas pelo COSIF - Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional.

Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil, como a mensuração de estimativas do valor justo de certos instrumentos financeiros, provisões para contingências, determinação de provisão para imposto de renda e outras provisões similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

As demonstrações contábeis da Distribuidora foram concluídas e aprovadas pela Administração em 27 de agosto de 2026.

2.2. Alterações nas normas contábeis brasileiras

Em decorrência do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Bacen. Os pronunciamentos já aprovados pelo Bacen são:

- Resolução CMN nº 4.924/2021 – Estrutura Conceitual Básica – CPC 00;
- Resolução CMN nº 4.924/2021 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos – CPC 01;
- Resolução CMN nº 4.524/2016 – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações contábeis individuais e consolidadas – CPC 02 (R2);
- Resolução CMN nº 4.910/2021 – Demonstração dos fluxos de caixa – CPC 03 (R2);
- Resolução CMN nº 4.534/2016 – Ativo Intangível – CPC 04 (R1);
- Resolução CMN nº 4.818/2020 – Divulgação sobre partes relacionadas – CPC 05 (R1);
- Resolução CMN nº 3.989/2011 – Pagamento Baseado em Ações – CPC 10 (R1);

OPPORTUNITY DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

**Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
e exercício findo em 31 de dezembro de 2025**

(Em milhares de reais)

- Resolução CMN nº 4.924/2021 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro – CPC 23;
- Resolução CMN nº 4.818/2020 – Eventos subsequentes – CPC 24;
- Resolução CMN nº 3.823/2009 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes – CPC 25;
- Resolução CMN nº 4.535/2016 – Ativo Imobilizado – CPC 27;
- Resolução CMN 4.877/2020 – Benefícios a Empregados – CPC 33 (R1);
- Resolução BCB 02/2020 – Resultado por Ação – CPC 41;
- Resolução CMN 4.924/2021 – Mensuração do Valor Justo – CPC 46;
- Resolução BCB 352/2023 – Instrumentos Financeiros;
- Resolução CMN 4.966/2021 – Instrumentos Financeiros – IFRS 9.

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC, tampouco se a utilização destes será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais. O real é a moeda do principal ambiente econômico onde a Distribuidora opera (“moeda funcional”).

3 - Principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

É apurado pelo regime de competência.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros. Estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. A Distribuidora possui classificados em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta corrente e títulos e valores mobiliários, conforme Nota Explicativa nº 4.

c. Títulos e valores mobiliários

São avaliados e classificados na categoria de títulos para negociação, com o seguinte critério de contabilização:

- **Títulos para negociação** - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos no resultado.

OPPORTUNITY DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

**Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
e exercício findo em 31 de dezembro de 2025**

(Em milhares de reais)

A Distribuidora não possui títulos classificados nas categorias de títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento.

d. Tributos a recuperar

São demonstrados pelos valores originais efetivamente recuperáveis no curso normal das operações, atualizados monetariamente de acordo com as regras legais, e representam créditos fiscais associados às retenções de tributos federais.

e. Demais ativos circulantes

Os demais ativos classificados no circulante são demonstrados ao valor de custo e, quando aplicável, acrescidos dos respectivos encargos e ajustados ao valor de realização.

f. Imobilizado

O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição e é depreciado pelo método linear, com base nas taxas anuais que contemplam a vida útil econômica dos bens, sendo: instalações, máquinas e móveis e utensílios – 10% (10 anos), equipamentos de processamento de dados e comunicação – 20% (5 anos), benfeitorias – 5% (20 anos).

g. Redução do valor recuperável – Ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A Administração da Distribuidora não registrou qualquer redução ao valor recuperável de ativos por não ter identificado indicadores de desvalorização.

h. Passivo circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos.

i. Imposto de renda e contribuição social

A Distribuidora adota o regime de apuração pelo lucro real. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável e, quando aplicável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável que ultrapassar R\$ 240 por ano. A alíquota de CSLL para instituições financeiras é de 15%.

**OPPORTUNITY DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS LTDA.**

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

**Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
e exercício findo em 31 de dezembro de 2025**

(Em milhares de reais)

j. Transações com partes relacionadas

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância com a Resolução CMN no. 3.750/09, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico – CPC 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente à divulgação de informações sobre as partes relacionadas.

k. Ajuste ao valor de mercado

O ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado com base em cotações de preços e agentes do mercado e em modelos de avaliação de preços usualmente adotados pelas instituições financeiras e suas associações representativas. Assim, quando da liquidação financeira desses itens, os resultados poderão ser diferentes dessas estimativas.

l. Resultados não recorrentes

Considera-se resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição, e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

m. Contingências

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis conforme a Resolução Bacen nº 3.823/09, que determinou a observância do CPC 25, no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. Os passivos contingentes decorrentes de litígios ou notificações das entidades fiscalizadoras são avaliados pela Administração com o apoio dos consultores jurídicos da Distribuidora e aqueles considerados como provável o risco de perda de ação judicial ou administrativa gerando uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, são provisionados nas demonstrações contábeis e os de perda possível, desde que relevantes, são divulgados nas notas explicativas.

n. Participação nos lucros e resultados

As diretrizes definidas no Programa de Participação nos Lucros ou Resultados (“Programa”) firmado entre a Distribuidora e seus empregados e homologado pelo Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Município do Rio de Janeiro (“Sindicato”), tem como fundamento legal as disposições contidas no artigo 7º, inciso XI, da Constituição Federal de 1988, e a Lei nº 10.101, de 20 de dezembro de 2000, e não constitui base de incidência de nenhum encargo trabalhista ou previdenciário, por ser desvinculado da remuneração, nos termos da lei supracitada.

**OPPORTUNITY DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS LTDA.**

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

**Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
e exercício findo em 31 de dezembro de 2025**

(Em milhares de reais)

o. Resultado por cota

O lucro líquido e/ou (prejuízo) por cota é calculado em reais com base na quantidade de cotas em circulação, na data dos balanços.

4 - Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Depósitos bancários	3	3
Títulos e valores mobiliários	13.747	11.659
Total	<u>13.750</u>	<u>11.662</u>

Os títulos e valores mobiliários são constituídos por quotas de fundos de investimento de renda fixa de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa. Em junho de 2026, a remuneração média foi de 98% do CDI. A seguir, está apresentada a composição da carteira de aplicações financeiras (títulos e valores mobiliários):

Fundo	Administradora	<u>30/06/2026</u>		<u>31/12/2025</u>	
		<u>Quant. de cotas</u>	<u>Valor</u>	<u>Quant. de cotas</u>	<u>Valor</u>
Opportunity TOP DI FIC RF (i)	BNY Mellon	1.655.773,43	13.747	1.500.074,33	11.659
Total			<u>13.747</u>		<u>11.659</u>

- (i) Representado por aplicação de aproximadamente 23,846% do patrimônio líquido do fundo denominado Opportunity Top DI Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento Referenciado, que por sua vez investe aproximadamente em 100% do fundo denominado BNY Mellon Leblon Fundo de Investimento Referenciado Longo Prazo, cuja carteira é composta por 100% em títulos públicos federais (LFT) e operações compromissadas (LTN), ambos constituídos sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração, com liquidez diária e administrados pela BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A.

As cotas de fundos de investimento são atualizadas diariamente com base na divulgação do valor da cota divulgado pela Administradora do fundo onde os recursos são aplicados.

5 - Outros créditos

(a) Rendas a receber

Referem-se ao contrato de prestações de serviços de colocação de quotas de fundos de investimento, firmado com os fundos de investimento administrados pelo BNY Mellon DTVM S.A. e pagos diretamente pelos fundos no valor de R\$ 1.362 (R\$ 1.154 em dezembro de 2025), as quais foram liquidadas financeiramente em julho de 2026.

**OPPORTUNITY DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS LTDA.**

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

**Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
e exercício findo em 31 de dezembro de 2025**

(Em milhares de reais)

(b) Depósitos judiciais

Corresponde ao depósito judicial no valor de (a) R\$ 858 (R\$ 835 em dezembro de 2025), referente à contingência da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - Cofins, conforme Nota Explicativa nº 9 (i); (b) R\$ 537 (R\$ 537 em dezembro de 2025) referente à Contribuição Previdenciária - INSS incidente sobre participações nos lucros, conforme Nota Explicativa nº 9 (ii) e (c) R\$ 10 (R\$10 em dezembro de 2025) referente parcela incontroversa na execução dos honorários de sucumbência no processo de INSS.

(c) Tributos a recuperar

	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Antecipação IRPJ e CSLL sobre o lucro	526	-
IRPJ e CSLL de exercícios anteriores	449	440
Total	<u>975</u>	<u>440</u>

6 - Imobilizado

	Taxa anual	31/12/2025	Adições	Depreciação no período	30/06/2026
Máquinas	10%	3	-	-	3
Móveis e utensílios	10%	220	30	(22)	228
Equipamentos de proc. de dados	20%	131	20	(19)	132
Equipamentos de comunic. e seg.	20%	1	-	(1)	-
Benfeitorias	5%	1.656	-	(49)	1.607
Total	-	<u>2.011</u>	<u>50</u>	<u>(91)</u>	<u>1.970</u>

	Taxa anual	31/12/2024	Adições	Depreciação no período	31/12/2025
Máquinas	10%	4	-	(1)	3
Móveis e utensílios	10%	264	-	(44)	220
Equipamentos de proc. de dados	20%	47	105	(21)	131
Equipamentos de comunic. e seg.	20%	1	-	-	1
Benfeitorias	5%	1.753	-	(97)	1.656
Total	-	<u>2.069</u>	<u>105</u>	<u>(163)</u>	<u>2.011</u>

**OPPORTUNITY DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS LTDA.**

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

**Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
e exercício findo em 31 de dezembro de 2025**

(Em milhares de reais)

7 - Sociais e estatutárias

Referem-se à provisão para participação nos lucros dos funcionários referente ao 1º semestre de 2026 no montante de R\$ 949 (R\$ 949 em dezembro de 2025).

8 - Outras obrigações administrativas

	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Aluguel e condomínio	132	132
Serviços de assessoria	-	9
Plano de saúde	54	43
Outras	116	83
Total	<u>302</u>	<u>267</u>

9 - Provisão para contingências fiscais

	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Cofins (i)	858	835
INSS (ii)	537	537
Total	<u>1.395</u>	<u>1.372</u>

- (i) A Distribuidora questiona judicialmente (Mandado de Segurança nº 0011369-46.2005.4.02.5101. Antigo processo nº 2005.51.01.011369-8) a incidência da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - Cofins sobre as receitas auferidas com prestação de serviços, bem como requereu a compensação das parcelas recolhidas no período de fevereiro de 1999 a abril de 2005. O pedido de suspensão da exigibilidade da Cofins foi negado, mas foi concedido, em sede de Embargos de Declaração, em decisão publicada em 30 de maio de 2006, o direito de recolher a Cofins a partir de 07 de fevereiro de 2005 adotando como base somente as receitas oriundas da prestação de serviços, bem como proceder à compensação dos valores recolhidos indevidamente.

Diante disso, a Distribuidora passou a provisionar, por competência, as parcelas mensais desta contribuição a recolher e as depositar judicialmente, conforme Nota Explicativa nº 5 (b). Foram interpostos Recursos de Apelação pela Distribuidora e também pela Procuradoria da Fazenda Nacional, tendo, em maio de 2007, sido negado provimento a ambos os recursos, mantendo os termos da decisão de 30 de maio de 2006. Foram interpostos Recurso Especial e Recurso Extraordinário pela Procuradoria da Fazenda Nacional. Em maio de 2019 o Recurso Especial da Distribuidora foi conhecido para anular o acórdão prolatado em sede de embargos declaratórios e determinar o retorno aos autos ao Tribunal para dirimir contradição objeto dos embargos de declaração interpostos em 13 de março de 2006.

OPPORTUNITY DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

**Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
e exercício findo em 31 de dezembro de 2025**

(Em milhares de reais)

Em setembro de 2020, os autos retornaram ao Tribunal para reanálise dos referidos embargos de declaração, tendo o julgamento realizado em junho de 2023 conferido parcial provimento aos embargos de declaração. Em julho de 2023 foram interpostos Recurso Especial e Recurso Extraordinário, que aguardam decisão. Em janeiro de 2024 foi proferido despacho de sobrestamento do feito por força do Tema 372/STF. Conforme diagnóstico dos assessores jurídicos, a chance de perda é provável.

- (ii) Em 2010 a Distribuidora teve contra si lavrados Autos de Infração em razão do não recolhimento da Contribuição Previdenciária – INSS correspondente a: (i) parte dos empregados (Processos Administrativos nºs 12448.720003/2010-73 e 12448.720313/2010-98), (ii) INCA e FNDE (Processos Administrativos nºs 12448.720002/2010-29 e 12448.720312/2010-43) e (iii) parte da empresa e GILRAT (Processos Administrativos nºs 12448.720311/2010-07 e 12448.720001/2010-84); supostamente incidentes sobre os valores pagos aos seus empregados, a título de participação nos resultados, entre fevereiro de 2006 a fevereiro de 2009, em agosto de 2009 e em fevereiro de 2010, sob a alegação de que teriam se dado em desacordo com a legislação vigente à época da ocorrência dos fatos geradores. Em outubro de 2010 foram apresentadas impugnações aos respectivos Autos de Infração. Em dezembro de 2014 houve o julgamento de todos os referidos processos administrativos.

Com relação aos autos de infração objeto dos processos administrativos nºs 12448.720313/2010-98, 12448.720312/2010-43 e 12448.720311/2010-07, que tratam da exigência de débitos de contribuições previdenciárias incidentes sobre os valores pagos a título de participação nos resultados em fevereiro de 2010, foi reconhecida a procedência das impugnações para excluir do crédito tributário a exigência dos juros e da multa de ofício em razão de depósito judicial, mantendo-se apenas os valores exigidos a título de principal, nos montantes históricos de R\$ 18, R\$ 118 e R\$ 1.028 (incluídos principal, multa e juros), respectivamente. Em face de tais decisões não houve a interposição de recurso de ofício. Nesses casos, os créditos tributários exigidos se mantiveram com a exigibilidade suspensa em razão de depósito judicial, realizado nos autos da ação declaratória nº 0004889-76.2010.4.02.5101 – estabelecimento RJ. Ocorre que, em outubro de 2024, a referida ação declaratória foi julgada definitivamente desfavorável à Distribuidora, de forma que aguarda-se a conversão dos depósitos em renda da União, com o encerramento definitivo do caso.

Com relação aos processos administrativos nºs 12448.720003/2010-73, 12448.720002/2010-29 e 12448.720001/2010-84, que tratam da exigência, no período de fevereiro de 2006 a fevereiro de 2009, de débitos de contribuições previdenciárias e obrigações acessórias, os autos de infração foram julgados procedentes, mantendo os lançamentos nos valores históricos de R\$ 83, R\$ 864 e R\$ 7.621 (incluídos principal, multa e juros), respectivamente. Em face dessas decisões a Distribuidora apresentou, em janeiro de 2015, os respectivos recursos voluntários dirigidos ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, que foram negados em fevereiro de 2025. Em razão desse resultado, foi apresentada petição para informar a adesão à Transação por Adesão no Contencioso Tributário de Relevante e Disseminada Controvérsia Jurídica, prevista no Edital nº 27/2024, bem como requerer a desistência dos embargos de declaração e a suspensão da exigibilidade dos débitos, o que aguarda a análise pela equipe da Equipe de Operacionalização da Transação de Créditos Tributários - ENOT da Receita Federal.

**OPPORTUNITY DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS LTDA.**

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

**Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
e exercício findo em 31 de dezembro de 2025**

(Em milhares de reais)

Passivos contingentes não provisionados

Os assessores jurídicos e a Administração da Distribuidora avaliam como possível as chances de perda dos processos a seguir descritos:

- (a) Em 2010 a Distribuidora teve contra si lavrado Auto de Infração de IRPJ e CSLL em razão da glosa de despesas referentes a valores pagos aos empregados, no ano-calendário de 2009 (Processo Administrativo nº 12448.720493/2010-16), a título de participação nos lucros e resultados, sob a alegação de estarem tais pagamentos em desacordo com a legislação vigente à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores. O montante, incluindo principal, multa e juros, totaliza valor histórico de R\$ 3.855 e valor atualizado de R\$ 8.829 em 30 de junho de 2025. Em 26 de março de 2015 houve julgamento de primeira instância que negou provimento à impugnação. Em 13 de março de 2024 houve julgamento do recurso voluntário interposto pela Distribuidora junto à 4ª Turma Extraordinária da 1ª Seção, que acolheu a preliminar de nulidade por vício de motivação em relação ao valor de R\$ 2.750, vinculado ao PLR de 2002; e, no mérito, em relação ao valor de R\$ 2.570, vinculado ao PLR 2009, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso. A Fazenda Nacional opôs embargos de declaração, que foram rejeitados. Em novembro de 2024 a Fazenda Nacional interpôs Recurso Especial e a Distribuidora apresentou Contrarrazões, que aguardam julgamento.
- (b) Em 2010 a Distribuidora teve contra si lavrado Auto de Infração para cobrança de multa em razão da apresentação de Guias de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (“GFIP”) com dados não correspondentes aos fatos geradores de todas as Contribuições Previdenciárias - INSS nas competências de fevereiro e agosto de 2006 a 2008 (Processo Administrativo nº 12448.720314/2010-32). O valor histórico, incluindo principal, multa e juros, totaliza R\$ 34. Em dezembro de 2014 houve o julgamento, tendo o auto de infração sido julgado procedente. Em face dessa decisão a Distribuidora apresentou, em janeiro de 2015, recurso voluntário dirigido ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, que foi negado em fevereiro de 2025. Em razão desse resultado, foi apresentada petição para informar a adesão à Transação por Adesão no Contencioso Tributário de Relevante e Disseminada Controvérsia Jurídica, prevista no Edital nº 27/2024 (conforme Nota Explicativa nº 15.a), bem como requerer a desistência dos embargos de declaração e a suspensão da exigibilidade dos débitos, o que aguarda a análise pelo CARF.

10 - Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de junho de 2026, o capital social, subscrito e integralizado, é de R\$ 7.004 (R\$ 7.004 em 31 de dezembro de 2025) representado por 7.004.000 cotas (7.004.000 em 31 de dezembro de 2025) com valor nominal de R\$ 1 (um real).

**OPPORTUNITY DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS LTDA.**

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

**Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
e exercício findo em 31 de dezembro de 2025**

(Em milhares de reais)

b) Reserva legal

É constituída por 5% do lucro líquido apurado no período, não podendo exceder 20% do capital social.

c) Reserva de lucros

O saldo das reservas de lucros em 30 de junho de 2026 é de R\$ 6.680 (R\$ 6.680 em 31 de dezembro de 2025), constituído de acordo com as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

11 - Receitas de prestação de serviços

	<u>30/06/2026</u>	<u>30/06/2025</u>
Comissão e colocação de títulos (*)	7.608	5.988
Total	<u>7.608</u>	<u>5.988</u>

(*) Refere-se a receita de prestações de serviços de colocação de quotas de fundos de investimento, conforme Nota Explicativa nº 5(a).

12 - Despesas com pessoal

	<u>30/06/2026</u>	<u>30/06/2025</u>
Salários e ordenados	839	834
Encargos (FGTS e INSS)	308	318
Benefícios	546	475
Total	<u>1.693</u>	<u>1.627</u>

**OPPORTUNITY DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS LTDA.**

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

**Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
e exercício findo em 31 de dezembro de 2025**

(Em milhares de reais)

13 - Despesas gerais e administrativas

	30/06/2026	30/06/2025
Processamento de dados (a)	997	909
Aluguéis	615	606
Condomínio	182	184
Depreciação	90	81
Viagens	14	31
Serviços de terceiros	39	39
Serviços do sistema financeiro	48	47
Comunicações	71	60
Publicações, propagandas e promoções	12	16
Manutenção, material e conservação de bens	34	26
Energia Elétrica	40	31
Outras despesas gerais e administrativas	44	81
Total	<u>2.186</u>	<u>2.111</u>

(a) Referem-se as despesas de licenciamento e manutenção de softwares.

14 - Despesas de serviço técnico especializado

	30/06/2026	30/06/2025
Serviços de assessoria e auditoria	74	671
Serviços jurídicos	128	99
Total	<u>202</u>	<u>770</u>

15 - Despesas tributárias

	30/06/2026	30/06/2025
Tributos federais - Transação tributária (*) (a)	-	5.330
ISS	152	120
Cofins	347	282
Pis	56	46
Taxa de alvará	122	111
Atualização de depósito judicial - Cofins	24	22
Taxa de fiscalização CVM	46	46
Total	<u>747</u>	<u>5.957</u>

(*) Referente à adesão da transação tributária, conforme Nota Explicativa nº 9 (ii).

**OPPORTUNITY DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS LTDA.**

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

**Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
e exercício findo em 31 de dezembro de 2025**

(Em milhares de reais)

(a) – Transação tributária

Em abril de 2025, a Distribuidora aderiu ao Edital nº 27/2024, publicado pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e pela Receita Federal do Brasil (RFB), que trata da transação no contencioso tributário referente à contribuição previdenciária incidente sobre valores pagos a título de Participação nos Lucros e Resultados (PLR).

A adesão teve como objetivo a regularização de débitos tributários discutidos em processos administrativos, com benefícios como redução de até 65% do valor consolidado da dívida, possibilidade de utilização de prejuízo fiscal (“PF”) e base de cálculo negativa da CSLL (“BCN”), e parcelamento do saldo remanescente.

Detalhamento da transação:

Valor consolidado	17.208
Desconto 65% conforme Edital Transação Tributária	11.185
Dívida com redução	6.023
Dívida quitada com PF/BCN - até 30% (*)	693
Parcela da dívida a ser paga (**)	5.330

(*) Em 31 de dezembro a Distribuidora possuía saldo negativo de PF e BCN no valor de R\$ 1.733, Com a adesão ao Edital nº 27/2024, a Distribuidora utilizou todo o valor do prejuízo para abatimento da dívida de acordo com as alíquotas de IRPJ (25% = R\$ 433) e CSLL (15% = R\$ 260), totalizando R\$ 693 aplicadas sobre os saldos existentes, não restando saldo a compensar com o lucro real em 2025.

(**) O parcelamento não foi aplicável visto que o saldo foi quitado à vista.

Os valores não estavam provisionados na contabilidade, sendo classificados anteriormente como “possível” pela assessoria jurídica. A adesão implicou a desistência de processos administrativos vinculados aos débitos transacionados, conforme exigência do edital.

Em razão da quitação integral dos valores e do cumprimento das condições estabelecidas no edital, os respectivos débitos foram considerados definitivamente encerrados, não restando saldo pendente de pagamento, compensação ou contingência relacionada a essas obrigações.

**OPPORTUNITY DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS LTDA.**

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

**Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
e exercício findo em 31 de dezembro de 2025**

(Em milhares de reais)

16 - Receitas financeiras

	<u>30/06/2026</u>	<u>30/06/2025</u>
Rendimento de aplicação em fundo de renda fixa	842	858

17 - Reversão de provisão

Refere-se a reversão de provisão de PLR do período no valor total de R\$ 949 (R\$ 1.211 em 30 de junho de 2025).

18 - Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração total do pessoal-chave da Administração, para o período findo em 30 de junho de 2026 foi de R\$ 106 (R\$ 106 em 30/06/2025) de remuneração fixa. A Distribuidora não concede planos de benefício pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho, outros benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações para a diretoria e Administração.

19 - Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A conciliação entre os valores apurados conforme alíquotas nominais e os valores registrados no resultado dos semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025 podem ser assim resumidos:

	<u>30/06/2026</u>	<u>30/06/2025</u>
Resultado do semestre	1.961	(4.517)
Adições (*)	1.701	1.223
Exclusões (**)	(981)	(1.237)
Compensação 30% de prejuízo fiscal	(804)	-
Base de cálculo - IRPJ e CSLL	<u>1.877</u>	<u>(4.531)</u>
 Alíquota nominal IRPJ: 15% + 10% adicional	 457	 -
Benefício PAT	(10)	-
IRPJ efetivo	<u>447</u>	<u>-</u>
 CSLL efetiva: 15%	 281	 -
Total IRPJ + CSLL	<u><u>728</u></u>	<u><u>-</u></u>

(*) Corresponde a distribuição de lucros aos empregados (PLR), despesas com brindes e atualização de passivo contingente em 30 de junho de 2026 e 2025.

(**) Corresponde a reversão de provisão de PLR e contingência e atualizações de créditos em 30 de junho de 2026 e 2025.

OPPORTUNITY DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

**Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
e exercício findo em 31 de dezembro de 2025**

(Em milhares de reais)

20 - Transações com partes relacionadas

Durante os semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025, a Distribuidora não realizou transações com partes relacionadas e não possui compartilhamento de estrutura ou serviço.

21 - Instrumentos financeiros derivativos

A Distribuidora está autorizada a realizar operações com instrumentos financeiros derivativos, que se destinam a atender às suas necessidades próprias e de seus clientes, a fim de reduzir sua exposição a riscos de mercado, moeda e juros. A administração desses riscos é efetuada através da determinação de limites e do estabelecimento de estratégias de operação. Durante os semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025, a Distribuidora não operou com instrumentos financeiros derivativos.

22 - Gerenciamento de risco

Com a transferência da gestão do caixa da Distribuidora para o fundo Opportunity Top DI FIC FI Referenciado, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 4, a Área de Riscos consolida não apenas as posições que estão registradas diretamente no balanço da Distribuidora, mas também a carteira dos fundos onde os recursos estão alocados.

As regras do fundo em referência estão determinadas nas políticas de investimento e riscos, explícitas em seus regulamentos que estão disponíveis no site da CVM, sendo as mesmas mais restritivas que a política de gestão de risco do próprio Conglomerado. A gestão de riscos das operações é efetuada por meio de políticas internas e equipes multidisciplinares, independentes das áreas de negócio que monitoram os diversos riscos inerentes às operações e/ou processos, incluindo os riscos de mercado, liquidez, crédito e operacional.

A Distribuidora disponibiliza a análise e detalhamento do gerenciamento de risco na sua página eletrônica no endereço www.opportunity.com.br/Empresa.

a) Risco de mercado

A administração de riscos de mercado nas operações é efetuada por meio de políticas de controle e limites definidas por um Comitê de Risco, formado pela alta administração, pelo departamento econômico e pela área de risco, que é totalmente independente das áreas de negócio da Distribuidora. Antes da abertura do mercado, são divulgados relatórios com o cálculo do *Value at Risk* (VaR), por simulação de Monte Carlo e a exposição que a carteira apresenta aos principais fatores de riscos no momento. Periodicamente são efetuados testes para validar a metodologia de cálculo empregada (“*back test*”). O relatório de Risco apresenta ainda testes de stress de mercado e simulações de crises históricas para avaliação da alavancagem utilizada.

**OPPORTUNITY DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS LTDA.**

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

**Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
e exercício findo em 31 de dezembro de 2025**

(Em milhares de reais)

b) Risco operacional

O projeto de estruturação de gerenciamento do Risco Operacional engloba suas políticas institucionais, de processos e procedimentos, de sistemas e planos de contingência para ocorrência de eventos externos, contém, ainda, organograma inicial e final. Os riscos são geridos por uma estrutura formada por um diretor, um gerente e um grupo denominado Grupo de Gerenciamento de Riscos Operacionais, responsável pela avaliação, monitoramento e controle de riscos oriundos de sistemas, pessoas, processos internos ou ainda de eventos externos. A gestão de risco operacional é efetuada através da análise dos principais processos, identificando riscos e sugerindo respectivos controles mitigadores, utilizando um sistema de controles internos e mensuração de riscos, que também permite avaliações periódicas dos controles pelos próprios gestores de cada processo, assim como planos de ação.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é administrado mediante a adoção de controles que asseguram a alocação de recursos em ativos de elevado grau de qualidade e liquidez, baseados em capital próprio e/ou captados de contrapartes reconhecidamente respeitadas, a taxas compatíveis com aquelas praticadas no mercado. Este controle contempla também a análise de eventuais descasamentos no tempo entre ativos e passivos e consequentes ajustes necessários para sua adequação.

23 - Limite operacional (acordo da basileia)

As instituições financeiras têm que manter patrimônio líquido mínimo de 11% dos seus ativos, ponderados por graus de risco às exposições em ouro, moedas estrangeiras e operações sujeitas ao risco operacional e às variações: cambial; taxa de juros; do preço de commodities, conforme regras e instruções do Bacen.

Em 30 de junho de 2026 e 2025, a Distribuidora estava enquadrada nestes limites operacionais.

	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Patrimônio de referência	15.645	13.684
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	27.488	27.786
Risco de crédito (RWACPAD)	3.434	3.209
Risco operacional (RWAOPAD)	24.047	24.573
Risco de mercado (RWAMPAD)	7	3
Índice basileia	56,92%	49,25%

**OPPORTUNITY DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS LTDA.**

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

**Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
e exercício findo em 31 de dezembro de 2025**

(Em milhares de reais)

24 - Seguros (não auditado)

A Distribuidora adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

25 - Resultados não recorrentes

Em abril de 2025 a Distribuidora aderiu ao programa de adesão no contencioso tributário, prevista no Edital de Transação nº 27/2024, conforme Notas Explicativas nºs 9ii e 15a. O Edital permitiu a quitação de débitos previdenciários com descontos de 65% do valor total da dívida e utilização de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL.

26 - Eventos subsequentes

Não houve quaisquer eventos e/ou fatos relevantes a serem informados no período entre o semestre findo e a data de aprovação das demonstrações contábeis.

* * *